CIDAC
Centro de Documentação
TL 2957

JOSÉ MEDEIROS FERREIRA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA EXTERNA DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Imprensa Nacional - Casa da Moeda -

STÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
BIBLIOTECA
S.ª
133/77

Na realidade, no preciso momento em que o processo de integração europeia se acelera e nos abrange, com riscos a médio prazo, mas com enormes vantagens a longo, no caso de estarmos preparados, encontra-se o País a contas com uma guerra colonial longa de mais de dez anos. O que foi falta de previsão nos anos 50, revelada na ausência de um processo original de descolonização da África portuguesa, tornou-se, com o aparecimento em Angola, Moçambique e Guiné de movimentos de independência dispostos à luta armada para a conseguir, falta política grave do Regime perante a Nação. E hoje, decorridos mais de dez anos sobre o começo da guerra colonial, o Estado Novo está paralisado perante o problema. Mais do que determinação de continuar a guerra colonial, o discurso de Janeiro do Presidente do Conselho revela tal paralisia. O regime não encontra outra saída do que a guerra e esta não constitui uma.

Está, pois, paralisado o regime e os interesses que lhe animam a existência perante o problema colonial, mas não o pode estar o País. Este tem de impor urgentemente uma política de descolonização.

Descolonizar

Nesta fase da presença de Portugal no mundo a descolonização impõe-se. Mas trata-se de descolonizar no preciso momento em que decorre a integração europeia e mais intensa ligação de Portugal ao continente. Os processos estão aliás ligados e ligados a mais de um título.

Com efeito, a Europa, como um todo, tende a interessar-se pela África e, nesta fase da construção europeia, três países são possuidores de chaves para aquele continente: a França, Portugal e a Inglaterra. Sem querer ir mais longe, diga-se que o nosso processo de descolonização será fundamental para a consolidação da existência de uma zona económica e política abrangendo grande parte dos países europeus e africanos. Neste preciso ponto convém ser lúcido e ter a coragem de defender posições adversas a gregos e troianos.

Respeitadas as soberanias no que elas têm de essencial, assegurado um sistema de harmonização entre as regiões ricas e regiões pobres como entre países ricos e países pobres e facultados às populações os instrumentos de participação e de *contrôle* das decisões que lhes digam respeito, a zona

a criar entre países europeus e países africanos afigura-se-nos riquíssima de possibilidades para ambas as partes e capaz de se impor ao Mundo. Poderá mesmo vir a constituir resposta adequada à ingerência de duas grandes potências nos assuntos europeus e também africanos que são causa de precária soberania destes em relação àquelas.

Ora, vários países poderão tirar vantagens de um enfraquecimento simultâneo, mesmo que temporário, da dominação portuguesa nas colónias e da presença dos movimentos de independência daqueles territórios. De qualquer maneira, seria a independência destes países que se encontraria comprometida. As coisas sendo o que elas são, não vejo talvez menor progresso histórico se a influência da África do Sul ou da Rodésia crescerem em Moçambique, ou se em Angola, após os portugueses, forem americanos ou russos, mais provavelmente aqueles do que estes, a imporem a sua lei e os seus interesses. Por independência entende-se coisa bem diferente. Deste modo a presença de Portugal, melhor entendida, pode facilitar o acesso das colónias a formas de independência mais interessantes do que aquelas capazes de passarem de todo por cima

da lusa vontade. Quero dizer na minha que Portugal pode funcionar em relação a esses novos países como factor de uma maior independência destes.

Não há dúvida que em relação à África do Sul ou à Rodésia assim é. Mais delicado se torna provar que, no que diz respeito aos movimentos nacionalistas, Portugal poderá ser garante de independência. E, no entanto, é simples: pela força das circunstâncias os movimentos de independência do tipo daqueles que operam nas colónias são geralmente debitores de potências estrangeiras que nas fases mais duras da luta os apoiaram materialmente. Aconteceu-nos o mesmo quando, invadidos pelas tropas napoleónicas, nos enfeudámos à Inglaterra. Não se trata, pois, de algo que lhes seja exclusivo, mas urge agir em consequência. Quer dizer: um diálogo entre Portugal e os movimentos nacionalistas deve proporcionar a estes as condições para a diminuição das influências tecidas no decorrer deste período de guerra e que possam revelar-se contrárias aos interesses dos territórios em questão.

Portugal deve, pois, funcionar em relação aos novos países assim criados como factor de uma maior soberania destes, sobretudo no período sempre decisivo do acesso à independência.

colonização e por aí será independente da instauração ou não, no resto da Europa, de regimes socialistas. Tal avanço das estruturas socialistas em Portugal constitui mesmo condição para o fortalecimento do País face à Europa. Já a instauração de um regime socialista num só país da Europa ocidental como Portugal parece mais difícil. De qualquer maneira, o socialismo que for instaurado num só país será sempre diferente daquele que for criado no espaço mais vasto e mais apropriado para tal que é o espaço europeu.

Acresce que o socialismo possível num só país como Portugal ficará sempre aquém daquele que for construído à escala europeia. Não se deve, pois, confundir avanço das estruturas socializantes com a implantação de um regime socialista. Para bem deste.

Acontece que a construção europeia, com o seu corolário que é o da independência dos países do velho continente em relação aos Estados Unidos da América e em relação à União Soviética ou a qualquer outra potência que se venha a constituir, cria condições para a instauração de um novo tipo

de socialismo na Europa que não seja ameaçado nem por uns nem por outros. A fase do desenvolvimento económico, social e político da maior parte dos países europeus também é indicativa das possibilidades materiais e humanas de se construir aqui um socialismo diferente e mais avançado do que aquele praticado noutros espaços.

Tal não impede que em Portugal se faça avançar o projecto socialista antecipadamente e por via autónoma. Mais cedo ou mais tarde a Europa será defrontada à existência no seu interior de países com estruturas de tipo socialista. Cada país tratará de impor as suas opções internas e para tal será fundamental possuir trunfos suficientes para se fazer aceitar soberanamente no concerto europeu. Portugal possui alguns. E, neste caso como em muitos outros, a determinação política é arma fundamental. Deste modo, se no processo do avanço das estruturas socialistas em Portugal as classes trabalhadoras tiverem efectiva participação e se instrumentos democráticos lhes forem atribuídos, encontrar-se-ão mobilizadas as energias populares tão necessárias para a defesa do plano nacional. O plano

apenas encontram os ecos de um passado remoto e há talvez tendência para esquecer o alcance da sua actualidade.

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhores Deputados,
Senhor Secretário-Geral:

Estamos aqui, no Conselho da Europa, para afirmar — sem esconder a nossa emoção — a toda a Europa democrática aqui representada: vale a pena travar o bom combate. A Liberdade, tal como nós a concebemos, é incontestavelmente a grande ideia generosa que conduz a humanidade na rota da perfeição.

Discurso pronunciado na 31.ª Assembleia Geral da ONU, em 7 de Outubro de 1976.

conflitos na África Austral ou, pior, que interesses exógenos aos países africanos viessem a ditar a resolução dos problemas existentes. Faço, pois, aqui um apelo ao nacionalismo clarividente dos dirigentes africanos.

São os interesses dos países da África Austral que se encontram em jogo na situação de litígio que nesta zona se está agravando, e são esses interesses, e não outros, os que deverão presidir às soluções que urge encontrar. A influência decisivamente negativa da política de *apartheid,* contrária aos direitos humanos reconhecidos internacionalmente, repugna à nossa consciência e constitui factor de tensão nessa região do Mundo.

Declaramo-nos desde já favoráveis à independência da Namíbia e ao estabelecimento rápido de um governo de maioria no Zimbawe. Apoiamos assim todos os esforços realistas que encaminhem essas transformações necessárias sem dar azo a convulsões, cuja extensão poderá mesmo ultrapassar os problemas que se pretendem resolver.

Manifestamos igualmente a nossa preocupação quanto à situação no Médio Oriente, onde o povo palestiniano continua a ver injustamente discutida

a pátria a que tem direito. Apoiamos a rápida convocação da Conferência de Genebra e esperamos que ela reconheça as legítimas aspirações do povo da Palestina, assim como dê garantias de segurança a Israel.

Por outro lado, impõe-se que termine o drama do Líbano que tantas vítimas e sofrimento tem causado num país que se caracterizava pelo convívio pacífico e equilibrado entre comunidades de culturas diversas. Depositamos as maiores esperanças na acção do novo presidente eleito, bem como na continuação das diligências das instituições internacionais, nomeadamente da Liga Árabe, no sentido da restituição da paz a povos martirizados por uma violência sem tréguas.

A questão de Timor é, neste momento, um problema no âmbito das Nações Unidas, a quem Portugal tem prestado a possível colaboração nos esforços empreendidos para aplicação dos princípios internacionalmente aceites em matéria de autodeterminação e direito dos povos a dispor de si próprios. De resto, também a Constituição portuguesa consagra estes princípios especificamente para o caso de Timor Leste.

O problema está agora no domínio da aplicação efectiva dos direitos e deveres reconhecidos pelos organismos especializados das Nações Unidas, sendo certo que o Governo Português continua disposto a não reconhecer *de jure* a integração de Timor Leste no território de um outro estado por decisão unilateral. Estamos, no entanto, prontos a aceitar um consenso que se forme nas Nações Unidas sobre esta matéria por estarmos certos de que ele será conforme aos princípios que sempre nortearam a ONU.

Entre os motivos de preocupação para o meu país não quereria deixar de referir aqueles que se relacionam com os problemas económicos mundiais e que derivam do nosso desejo de ver alcançada uma nova ordem económica internacional.

Acompanhamos com a maior atenção os trabalhos da Conferência Norte-Sul e esperamos que dela resultem directivas concretas, para que se cumpra o caminho esboçado para mais justas relações económicas internacionais.

Pensamos, também, que a nova ordem económica a que, neste domínio, aspiramos deverá apoiar-se, sobretudo, na distribuição e partilha mais justa e equitativa das riquezas, através da correcta apre-

ciação das necessidades de cada povo e dos recursos internos de cada país. Apesar dos progressos já registados, é com preocupação que Portugal encara o facto de a IV Conferência da UNCTAD, realizada este ano em Nairobi, não ter ainda permitido a resolução dos problemas relacionados com a exploração, produção e comercialização de matérias-primas e produtos de base. Damos ainda a maior importância à questão da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, por estarmos convictos de que o fenómeno tem implicações universais, podendo vir a gerar desequilíbrios pouco compatíveis com um ordenamento harmonioso das relações económicas internacionais. Portugal, não sendo um país exportador de matérias-primas nem um país altamente industrializado, está naturalmente empenhado numa solução realista que conjugue os vários interesses em jogo.

Senhor Presidente,

Vou agora referir-me a um importante domínio de cooperação internacional e a que V. Ex.ª está particularmente ligado. Trata-se das questões decorrentes da V Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.